

CENTRO UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO - UNIBRA
CURSO DE GRADUAÇÃO BACHARELADO EM
CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ALICIA MAYSA PESSOA DA SILVA
CÍCERO ARAÚJO DA SILVA JÚNIOR
TIAGO FRANÇA DA SILVA

***ACCOUNTABILITY: UMA REFLEXÃO DOS
GASTOS PÚBLICOS NA EDUCAÇÃO EM
PERNAMBUCO***

RECIFE/2022

ALICIA MAYSIA PESSOA DA SILVA
CÍCERO ARAÚJO DA SILVA JÚNIOR
TIAGO FRANÇA DA SILVA

***ACCOUNTABILITY: UMA REFLEXÃO DOS
GASTOS PÚBLICOS NA EDUCAÇÃO EM
PERNAMBUCO***

Projeto apresentado ao Centro Universitário Brasileiro – UNIBRA, como requisito parcial para obtenção do título de bacharelado em Ciências Contábeis.

Professor Orientador: Ma. Sylvia Karla Gomes Barbosa

RECIFE/2022.

Ficha catalográfica elaborada pela
bibliotecária: Dayane Apolinário, CRB4- 1745.

A172 Accountability: uma reflexão dos gastos públicos na educação em
Pernambuco / Alicia Maysa Pessoa da Silva [et al]. Recife: O Autor,
2022.
23 p.

Orientador(A): Prof. Sylvia Karla Gomes Barbosa.

Trabalho De Conclusão De Curso (Graduação) - Centro Universitário
Brasileiro – Unibra. Bacharelado em Ciências Contábeis, 2022.

Inclui Referências.

1. Gastos. 2. Educação. 3. Accountability. I. Silva Júnior, Cícero Araújo
da. II. Silva, Tiago França da. III. Centro Universitário Brasileiro - Unibra.
IV. Título.

Cdu: 657

Dedico este trabalho Deus, aos meus familiares e aos meus colegas de curso, sem eles eu não teria capacidade para desenvolver esse trabalho.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradecemos a Deus, que nos permitiu que tudo isso acontecesse, ao longo da minha vida, não só nesses 4 anos de curso, mas que em todos os momentos sempre nos acompanhou.

Agradeço também a minha família, que sempre esteve presente durante essa longa jornada, obrigado à todos pelo incentivo e carinho.

A professora Sylvia Barbosa, por toda empatia, profissionalismo, dedicação, e pelo conhecimento partilhado até aqui.

Por fim, a nossos amigos de classe, que durante esses 4 anos, sempre estiveram presentes conosco, obrigado por toda força, pelo apoio e pela assistência inabalável.

*“Que os vossos esforços desafiem as impossibilidades,
lembrai-vos que as grandes coisas do homem foram
conquistadas do que parecia impossível.”*

Charles Chaplin

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 REFERENCIAL TEÓRICO	8
2.1 EDUCAÇÃO, SUA IMPORTÂNCIA E FINALIDADE NA SOCIEDADE E ECONOMIA	8
2.2 EFICIÊNCIA E QUALIDADE DOS GASTOS PÚBLICOS	9
2.2.1 Gastos Públicos com a educação	9
2.3 ENFOQUE QUALITATIVO	10
2.4 ACCOUNTABILITY E A EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA DOS GASTOS DO SETOR PÚBLICO	11
3 DELINEAMENTO METODOLÓGICO	12
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	13
4.3 GASTOS COM A EDUCAÇÃO EM PERNAMBUCO	14
4.4 COMPORTAMENTO COMPARADO COM OUTROS SEGUIMENTOS	15
4.5 COMPORTAMENTO DOS ÍNDICES QUE MEDEM A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO EM PERNAMBUCO	16
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	21
REFERÊNCIAS	22

ACCOUNTABILITY: UMA REFLEXÃO DOS GASTOS PÚBLICOS NA EDUCAÇÃO EM PERNAMBUCO

Alicia Maysa Pessoa da Silva
Cícero Araújo Da Silva Júnior
Tiago França Da Silva
Sylvia Karla Gomes Barbosa¹

Resumo: A educação é e sempre foi fundamental para o desenvolvimento de qualquer sociedade. Portanto, buscar compreender se os gastos públicos nessa área estão sendo aplicados de maneira correta ou não se torna muito importante, uma vez que tendo noção da qualidade desses gastos públicos na educação pernambucana, pode-se garantir uma melhor eficiência da função alocativa dos recursos. Dessa forma, o propósito maior deste trabalho foi evidenciar a relação existente entre o gasto público municipal e a qualidade da educação Pernambuco, no período de 2019 a 2021. Os dados revelam que há relação entre o gasto público e a qualidade da educação, mas com o gasto educacional possuindo menor importância sobre a educação do que os demais gastos que se correlacionaram com a educação.

Palavras-chave: Gasto Público, Educação, Accountability

Abstract: Education is and has always been fundamental to the development of any society. Therefore, seeking to understand whether public expenditures in this area are being applied correctly or not becomes very important, since having an idea of the quality of these public expenditures, it is possible to guarantee a better efficiency of the allocative function of resources. The main purpose of this work was to highlight the relationship between municipal public spending and the quality of education in Pernambuco, in the period from 2019 to 2021. The research results revealed that there is a relationship between public expenditure and the quality of education, but with educational expenditure having less importance on education than other expenditures that were correlated with education.

Key-words: Public Spending, Education, Accountability.

¹Graduada em Ciências Econômicas; Mestre em Administração e Desenvolvimento Rural pela UFRPE; Prof.^a. do Núcleo de Negócios da UNIBRA; E-mail: Sylvia.karla@grupounibra.com

1 INTRODUÇÃO

Um dos fundamentos para as discussões sobre a qualidade do gasto público reside no mandamento constitucional, previsto no parágrafo 7º do artigo nº. 165, que determina que os instrumentos do planejamento governamental devem priorizar a redução das desigualdades inter-regionais.

Por conta disso, pressupõe-se que os gestores públicos devem comunicar à sociedade os resultados de suas ações com o intuito de munir a população dos instrumentos necessários para avaliar o cumprimento dos programas de governo. Pondera que Administração Pública, ao tratar de eficiência, deve atentar-se à qualidade e que essa qualidade está relacionada aos serviços oferecidos e aos gestores (ARAÚJO, 2019).

Quando se estuda, pois, a qualidade do gasto público, tem-se em mente a necessidade de averiguar se a utilização dos recursos públicos está, efetivamente, promovendo uma melhoria sobre a prestação dos serviços.

De acordo com Abrucio e Loureiro (2003), os trabalhos produzidos sobre *accountability* têm se ocupado, tradicionalmente, da matéria sob a perspectiva do controle: o controle das ações dos governantes em relação ao programa de governo, ou em relação à corrupção, ou em relação à preservação dos direitos dos cidadãos.

De maneira geral, segundo Vianna (2008), pode-se dizer que a educação tem como definição ampla um processo pela qual o indivíduo passa para aumentar suas potencialidades, ou seja, uma forma de desenvolver melhor suas competências e habilidades. Ou seja, garantir a educação básica para os cidadãos tem sua importância, pois além de gerar oportunidades de forma igualitária para todos perante o mercado de trabalho, também influencia diretamente o desenvolvimento socioeconômico de uma nação.

A educação é um dos serviços oferecidos à sociedade, e por meio dela que os desenvolvimentos social e econômico se processam, razão pela qual a destinação dos recursos nessa área merece cuidadosa atenção.

De acordo com Matias-Pereira (2012), o termo *accountability* pode ser aceito como o conjunto de mecanismos e procedimentos que induzem os dirigentes governamentais a prestar contas dos resultados de suas ações à sociedade,

garantindo-se, dessa forma, maior nível de transparência e a exposição pública das políticas públicas.

Com essa perspectiva, este artigo tem como objetivo maior evidenciar a relação existente entre o gasto público municipal e a qualidade da educação nos municípios pernambucanos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 EDUCAÇÃO, SUA IMPORTÂNCIA E FINALIDADE NA SOCIEDADE E ECONOMIA

A educação é vista como ato de conhecimento e transformação social que ajuda não só no desenvolvimento social do país, mas também de cada indivíduo. Por meio dela, garantimos nosso desenvolvimento social, econômico e cultural. Também é através dela que teremos mais oportunidades de empregos e melhoria na sua própria qualidade de vida, portanto, educação é um direito de todos. Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda. (PAULO FREIRE, 2000).

É importante ressaltar que vivemos no momento de globalização e estamos passando por diversos momentos de profundas e rápidas transformações econômicas, sociais, culturais e tecnológicas. A educação é imprescindível para a organização e principalmente inclusão social. Teoricamente, é através da educação que o indivíduo se tornará alguém mais tolerante e consciente acerca de seus próprios atos em relação aos outros. Nesse contexto, o processo de globalização é uma preocupação quando falamos em inclusão, empregos e sobre as minorias sociais, pois, a falta de conhecimento acerca dos direitos fundamentais e sociais ainda é um ponto que agrava a exclusão das minorias (APPADURAI, 2009).

A educação e a economia sempre estiveram diretamente interligadas, basta pensar na evolução do mercado de trabalho e na importância do capital humano. A mudança reside no fato de que, onde antes valorizava-se apenas a mão de obra, ainda assim dependente de algum nível de treinamento e técnica, hoje percebemos o foco nas habilidades cognitivas, sociais e emocionais em primeiro plano. Não podemos esquecer também dos valores éticos, que devem ser cultivados em primeiro lugar, evitando grandes problemas como o caso de corrupção. Também notamos que a educação há um tempo tinha por finalidade apenas a formação técnica das pessoas,

mas atualmente deve ser instrumento de inclusão, e de possibilidade de melhoria na qualidade de vida das pessoas.

2.2 EFICIÊNCIA E QUALIDADE DOS GASTOS PÚBLICOS

A questão do uso eficiente e da qualidade de recursos públicos tem ganhado importância nas discussões em torno de boas práticas na gestão fiscal. Entender a importância desses fatores é ponto principal para compreender como uma nação, estado ou cidade pode alcançar um melhor desenvolvimento, seja ele social ou econômico.

Segundo Bevilacqua, Cunha e Rezende (2010), a qualidade dos gastos públicos é um fator essencial para saber se os bens e serviços oferecidos pelo governo estão sendo ou poderão ser mais eficientes, ou seja, o fato de se conseguir alcançar o mesmo resultado com custos menores. Por esse motivo, os valores gastos com esses bens e serviços oferecidos pelo governo não são necessários para observar sinais de qualidade/eficiência, e sim os resultados desses gastos.

A Gestão Pública pode ser definida como uma série de atividades que são executadas, de maneira organizada, pelos órgãos que estão presentes na administração pública e que possuem o objetivo de oferecer os serviços que são indispensáveis para a sociedade de maneira que se gere uma maior satisfação (CHAVES, 2011 *apud* SCHULL, FEITOSA e HEIN, 2014).

2.2.1 Gastos Públicos com a educação

A educação, segundo Vasconcellos (2005), se enquadra no grupo de bens em que o sistema de mercado (oferta e demanda), apresenta as falhas de mercado, e a existência de externalidades positivas na educação, justifica a atuação do estado neste setor, em termos de eficiência. Diante disso, há a necessidade da oferta de tais serviços pelo setor público, que como agente econômico, possui basicamente, a finalidade de alcançar o bem-estar dos integrantes de uma sociedade, O financiamento da educação básica no Brasil apresenta-se como tema central quando se discute, não somente o desenvolvimento no aspecto educacional, mas também o desenvolvimento nacional. Estudos de questões relacionadas à participação do setor público e à atribuição destinada a cada esfera da federação com recursos e responsabilidades, nos diversos níveis de ensino, tem tido espaços cada vez maiores nos estudos acadêmicos.

2.3 ENFOQUE QUALITATIVO

Accountability: contextualização histórica e conceitual. Tratando de um termo que está em crescimento, tem-se que no âmbito das pesquisas brasileiras, *accountability* ganhou força a partir do artigo de Campos (1990), intitulado apesar das definições girarem em torno de responsabilidade e transparência, não existe olhar único, seja em trabalhos internacionais, nacionais, ou em livros de vocábulos linguísticos. Contudo, quando se trata de *accountability*, associa-se necessariamente a democracia e cidadania.

Nas primeiras tentativas de Campos (1990) para traduzir o termo *accountability*, analisou os cenários da Administração Pública e seu público-alvo. Buscando entender o comportamento do serviço público e como os servidores públicos lidavam com a população. Em seu trabalho, questionou a passividade, a dupla tributação (o imposto mais a propina) e o desperdício de recursos. Para ele: “A cultura política do Brasil e o nível de desenvolvimento político constituíram a chave capaz de explicar a diferença” (CAMPOS, 1990).

Com base nos estudos anteriores, observa-se a semelhança entre as traduções de *accountability*. As diferentes definições estão sempre voltadas para a área de prestar contas a alguém, onde transparência, responsabilidade estão sempre de forma harmoniosa nos trabalhos revisados. Cabe analisar que mesmo com a elevada frequência do uso do termo, ele vem sendo encontrado nos dicionários, desde 1796, onde *Merriam-Webster's collegiate dictionary* (1996) já concluía *accountability* de tal maneira: a qualidade ou estado de ser responsável;

Desse modo, está claro que não existe um termo que possa traduzir, mas é percebido que vários autores conseguem chegar a um equilíbrio, onde a palavra está diretamente ligada à democracia e a transparência do governo com seu público.

2.3.1 Relação entre *accountability* e transparência no setor Público

A cultura da transparência surge como resultado das lutas históricas por maiores liberdades individuais e com isso o estabelecimento dos direitos humanos. Foi a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), que a Organização das Nações Unidas (ONU) sugeriu a criação de leis específicas para a implementação do movimento da transparência na sociedade brasileira (OLIVEIRA, RÊGO e FREIRE, 2018).

A população brasileira constatou esse marco através da redemocratização da Brasil, com o surgimento da nova Constituição Federal, onde se testificou no artigo 5º da Carta Magna. (PINTO, TALES DOS SANTOS, 1988).

Outro marco legal, fundamental para a *accountability* no Brasil, foi o estabelecimento da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF ou Lei Complementar nº 101/2000 e a Lei Complementar nº 131/09, exigindo transparência na gestão pública. A Lei da Transparência (LC nº. 131/2009), inovando ao determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, criando o que se denomina por portais da transparência. Na Lei de Acesso à Informação (LAI) ficaram estabelecidas as garantias do direito de acesso à informação. (BRASIL, 2009).

Outros pesquisadores ressaltaram a importância de os cidadãos terem acesso a essas informações. Observa-se isso no pensamento de Santin e Frizon (2020), que enfatizam que o acesso irrestrito do cidadão às informações estatais possibilita a fiscalização e controle das tomadas de decisões dos gestores públicos, ou seja, o *accountability* vertical. A não disponibilização de informações por parte dos Órgãos competentes, causando um distanciamento do cidadão para com o estado e esse tipo de ação é típico de governo autoritário.

A partir disso podemos entender que uma sociedade precisa estar em busca de conhecimento para exigir seus direitos de forma assertiva e não aceitar o que lhe é dito sem comprovação.

2.4 ACCOUNTABILITY E A EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA DOS GASTOS DO SETOR PÚBLICO

O termo *accountability*, de origem inglesa e sem tradução exata para o português, está presente na literatura americana desde antes da década de 1970. No Brasil, foi introduzido no início dos anos de 1990, justamente quando se instalava no país o regime democrático de administração pública (PINHO; SACRAMENTO, 2009). Assim, seu ingresso no contexto das políticas nacionais coincide com o discurso da descentralização, da desconcentração dos serviços públicos e da autonomia dos entes federados, ainda que com princípios distintos e consequências diversas.

Traduzido, muitas vezes, como sinônimo de prestação de contas ou responsabilização, trata-se, na verdade, de um conceito em expansão, discutido a partir de uma variedade de abordagens e perspectivas nem sempre convergentes. Na extensa maioria dos casos em que é utilizado, associa-se mais a orientações políticas gerenciais do que a uma lógica progressista e democratizante de gestão educacional. (MULGAN, 2000 *apud* AFONSO, 2009),

O Brasil promoveu avanços consideráveis na escolaridade da sua população nas duas últimas décadas. A média de anos de estudos da população jovem (entre 18 e 24 anos) aumentou 55% em 20 anos, alcançando 9 anos em 2012, e os dados mais recentes indicam que 93% das crianças entre 6 e 14 anos estão matriculadas no ensino fundamental. Entretanto, muitos problemas persistem, principalmente relacionados à qualidade do ensino. Nesse cenário, o aumento da parcela de recursos destinados ao sistema educacional é uma das mudanças mais discutidas politicamente. Acredita-se que maiores gastos com educação estão associados à melhora do sistema educacional, o que justifica medidas como a destinação de 75% dos recursos dos royalties para a educação e o Plano Nacional de Educação (PNE)¹ que determina que, até 2024, 10% do Produto Interno Bruto sejam destinados à educação.

3 DELINEAMENTO METODOLÓGICO

Realizou-se uma pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa caracterizada pela implementação de métodos de coletas voltados para responder às questões de pesquisas, sem a utilização de métodos estatísticos. Dessa forma, a pesquisa bibliográfica é observada a partir de experiências acumuladas pelos autores, com isso, esse tipo de pesquisa é dado pelas seguintes etapas: definição do tema, levantamento bibliográfico, elaboração do problema, elaboração da estrutura de assuntos, fontes, leitura didática, fichamento, organização concisa e pôr fim a redação textual.

No caso dessa pesquisa, além dos materiais publicados em livros, artigos, dissertações, teses para que fosse possível detalhar o cenário dos gastos públicos na educação pernambucana, foi preciso utilizar como base de pesquisa o site do Portal da transparência, nesse site específico é possível analisar o comportamento desses dados no cenário nacional e estadual, podendo observar os investimentos

dependendo do objetivo da pesquisa. Vale ressaltar que as variáveis trabalhadas foram com periodicidade anual e os anos coletados foram de 2019, 2020 e 2021.

Sendo assim, tendo em vista que o objetivo desse estudo é analisar o cenário dos gastos públicos na educação pernambucana entre os anos de 2019, 2020 e 2021, e suas respectivas práticas sustentáveis, por meio do site: (<http://web.transparencia.pe.gov.br/planejamento-orcamento/despesas-programatica/>).

Todos os dados foram exportados para o Excel 2019 e foram tratados conforme o objetivo da discussão dos resultados, isto é, alguns dados foram analisados em termos absolutos, outros em termos relativos analisando sua representatividade em relação ao todo (total de orçamento nos três principais gastos: ensino médio, e ensino básico). Para facilitar a visualização dos dados apresentados foram elaborados gráficos e tabelas a fim exprimir a dinâmica dos investimentos públicas no âmbito estadual entre 2019, 2020 e 2021, por conseguinte atingir o objetivo proposto da pesquisa

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 INDICADORES QUE MEDEM A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

O IDEB foi criado em 2007 e é uma espécie de termômetro usado para medir a qualidade do ensino público e privado no país, com muita cautela, para não levarem a conclusões enganosas. O cálculo do ideb é feito da seguinte maneira: As notas obtidas nas provas de português e matemática são padronizadas em uma escala de zero a dez. A nota obtida é multiplicada pela taxa de aprovação, que varia entre 0% e 100%. Na prática funciona assim: se a média conquistada por determinada escola, em ambas as provas (Prova Brasil e Saeb), for 5 e a instituição tiver 80% de aprovação, seu ideb será 4,0 ($5 \times 80\% = 4,0$). Exemplo: O IDEB é calculado a partir de dois componentes: taxa de rendimento escolar (aprovação) e médias de desempenho nos exames padronizados aplicados pelo Inep. Os índices de aprovação são obtidos a partir do Censo Escolar, realizado anualmente pelo Inep.

A prova Brasil foi criada em 2005, ela define o índice de desenvolvimento da educação básica (Ideb) por escola, por município, por estado e nacional.

O Saeb é o sistema de Avaliação da Educação Básica foi criado em 1990, ele permite que as escolas e as redes municipais e estaduais de ensino avaliem a qualidade da educação oferecida aos estudantes. O resultado da avaliação é um

indicativo da qualidade do ensino brasileiro e oferece subsídios para a elaboração, o monitoramento e o aprimoramento de políticas educacionais com base em evidências. As médias de desempenho dos estudantes, apuradas no saeb, juntamente com as taxas de aprovação, reprovação e abandono, apuradas no Censo Escolar, compõem o Índice de desenvolvimento da Educação Básica.

4.2 SITUAÇÃO DE PERNAMBUCAMBUCO EM RELAÇÃO AOS INDICADORES QUE MEDEM A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

De 2017 a 2019, com média de 4,0, acima da média nacional de 3,5, Pernambuco avançou mais uma vez no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), segundo dados do Ministério da Educação (MEC). Nos anos finais do Ensino Fundamental, Pernambuco cresceu de 4,1 para 4,5, superando a meta de 3,9 para o ano. Já nos anos iniciais, a nota obtida foi de 4,8, acima da meta de 4,5 estabelecida pelo MEC.

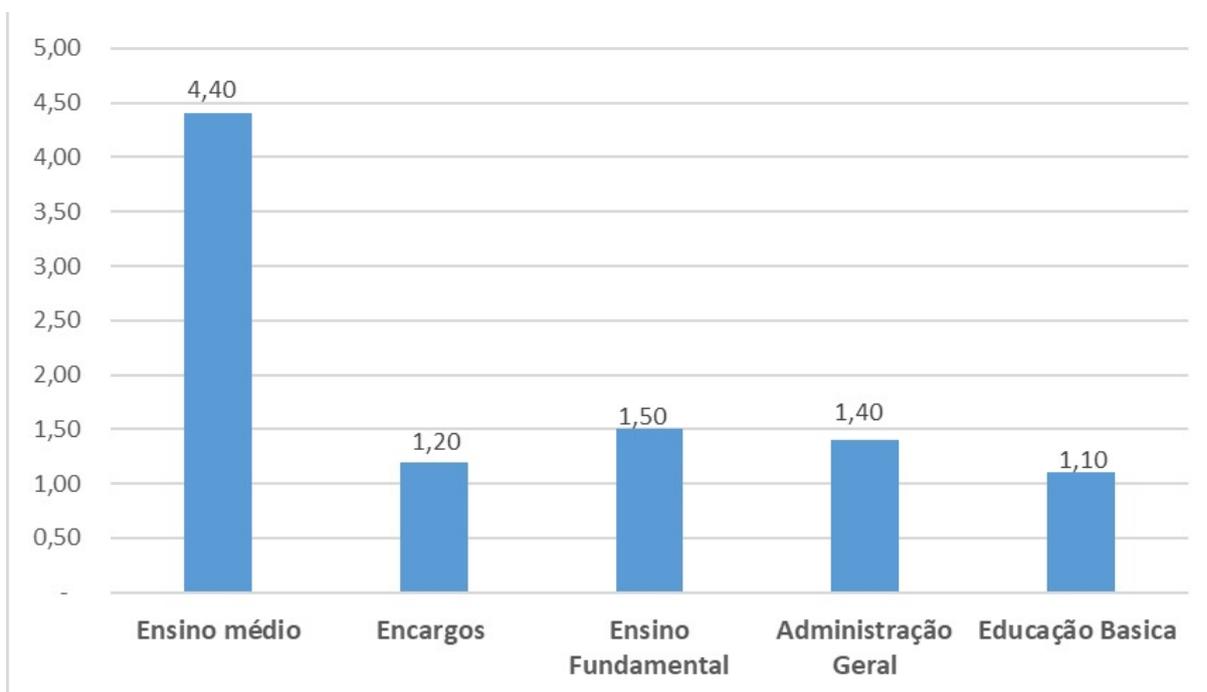
Os dados mostram que o Estado é o único que registrou evolução no crescimento em todas as edições do índice. Pernambuco tem a menor taxa de abandono escolar do país e a menor taxa de distorção idade-ano das regiões Norte e Nordeste, segundo dados do MEC. Outro destaque é que a rede estadual pernambucana obteve as menores diferenças de proficiências entre escolas de nível socioeconômico alto e escolas de nível socioeconômico baixo. Em 2021, Pernambuco atingiu 4,4 no Ideb, resultado que deixou o Estado acima da média nacional.

4.3 GASTOS COM A EDUCAÇÃO EM PERNAMBUCO

De acordo com o Índice de Desenvolvimento de educação básica (IDEB) em Pernambuco 2019 foram investidos 3.764.423.993,66 R\$ Bilhões de reais na educação, em 2020 3.785.346.786 R\$ e em 2021 5.027.873.334,40 R\$ bilhões de reais investidos, esses valores se enquadram em ensino médio, ensino fundamental, encargos especiais, administração geral, ensino superior, ensino profissional, formação de recursos humanos, assistências aos povos indígenas e na educação de jovens e adultos (EJA).

Sendo assim, esses gastos para a educação podem ser distribuídos para as diversas subfunções, como mostra nos gráficos:

GRÁFICO 1 - Maiores Gastos na Educação Pernambucana no período de 2019 a 2021



Fonte: Portal da Transparência (2019)

Totalizando R\$ 3.764.423.993,66 investido no ano de 2019 na educação. Os números de 2021 são distorcidos, porque, de forma não intencional, acabam 'mascarando' verdadeiro retrato da educação brasileira na pandemia. Totalizando R\$ 3.785.346.786,06 investido no ano de 2020 na educação.

Comparando-se os dois resultados, nos anos iniciais do ensino fundamental e no ensino médio, a nota do estado teve variação negativa de 0,1 ponto. Nos anos finais do ensino fundamental, houve variação positiva de 0,1, segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

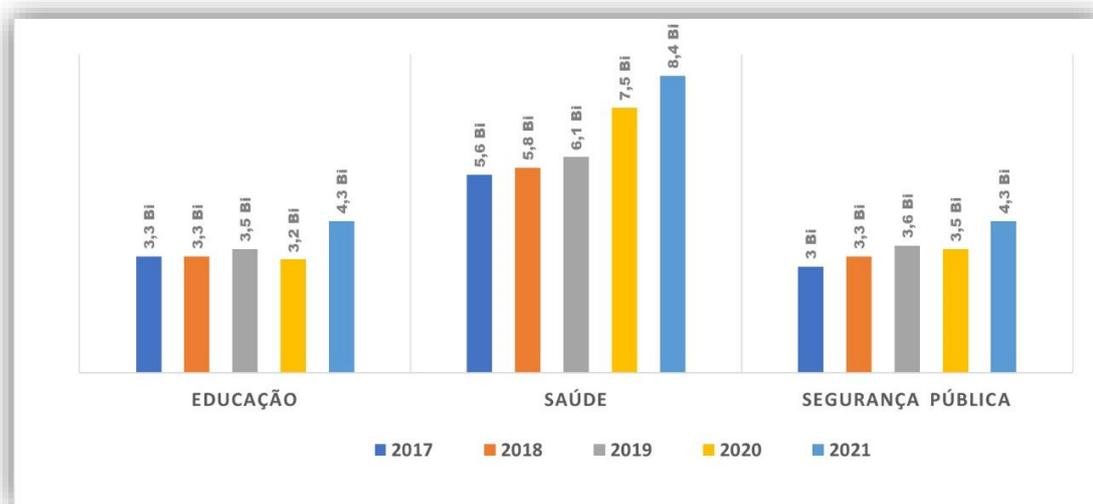
Tendo o ano de 2021 com os maiores gastos e mais rendimentos na educação segundo o portal da transparência de Pernambuco.

Totalizando R\$ 5.027.873.334,40 investido no ano de 2021 na educação.

4.4 COMPORTAMENTO COMPARADO COM OUTROS SEGUIMENTOS

Para uma verificação de como está sendo gasto o dinheiro público, optou-se por fazer um comparativo entre a Educação, Saúde e Segurança Pública, um levantamento realizado entre 2017 a 2021, conforme gráfico abaixo:

GRÁFICO 2 - Mostra uma Comparação entre os Gastos da Educação, Saúde e Segurança Pública.



Fonte: Portal da Transparência (2021)

De acordo com os dados do portal de transparência os parâmetros de equilíbrio nas sociedades desenvolvidas, entende-se que a educação, a boa qualidade, excelência na oferta, e estrutura de serviços públicos de saúde, além de confiável organização das estratégias de segurança pública sempre será bom para a sociedade.

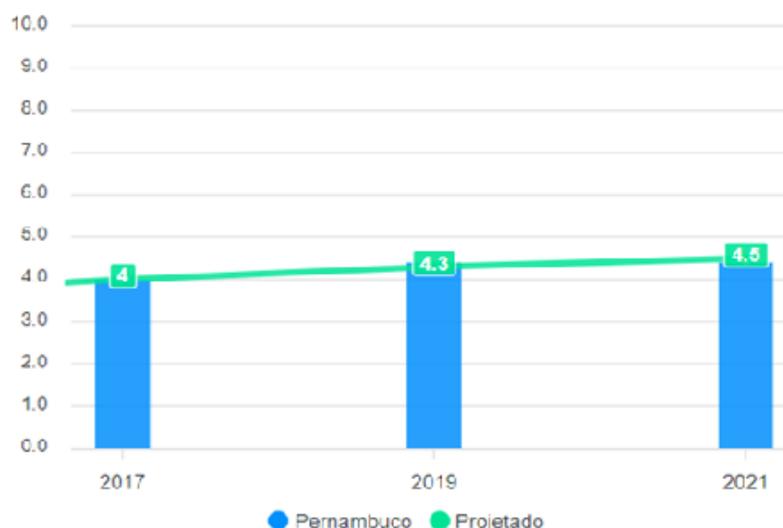
Um outro seguimento escolhido para fazer o comparativo foi a segurança pública que depois da pandemia veio crescendo bastante, e em 2021 a educação e a segurança pública chegaram a ter o mesmo gasto no nosso estado. Os gastos da saúde sempre são bem maiores que a educação e a segurança pública, e nos últimos 3 anos chegou a dobrar os valores, mais uma vez acreditando que o fator maior destes aumentos de despesas na saúde tenha sido devido a COVID-19.

4.5 COMPORTAMENTO DOS ÍNDICES QUE MEDEM A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO EM PERNAMBUCO

Por meio do site do portal de transparência, buscamos dados, números, e os gastos voltados a educação no período de 2019, 2020 e 2021, trazendo assim

números importantíssimos a serem discutidos, pois, esses dados insinuam muito como está a educação em Pernambuco (QEDU, 2021).

FÍGURA 1 – Mostra o Indicador do IDEB



Fonte: QEDU (2021)

De acordo com o gráfico 5, o indicador de aprendizado varia de 0 até 10 e quanto maior, melhor. Porém, o 10 é praticamente inatingível, significaria que todos os alunos obtiveram rendimento esperado (QEDU, 2021).

As médias de desempenho utilizadas são as da Prova Brasil, para escolas e municípios, e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), para os estados e o País, realizados a cada dois anos. As metas estabelecidas pelo Ideb são diferenciadas para cada escola e rede de ensino, com o objetivo único de alcançar 6 pontos até 2022, média correspondente ao sistema educacional dos países desenvolvidos (QEDU, 2021).

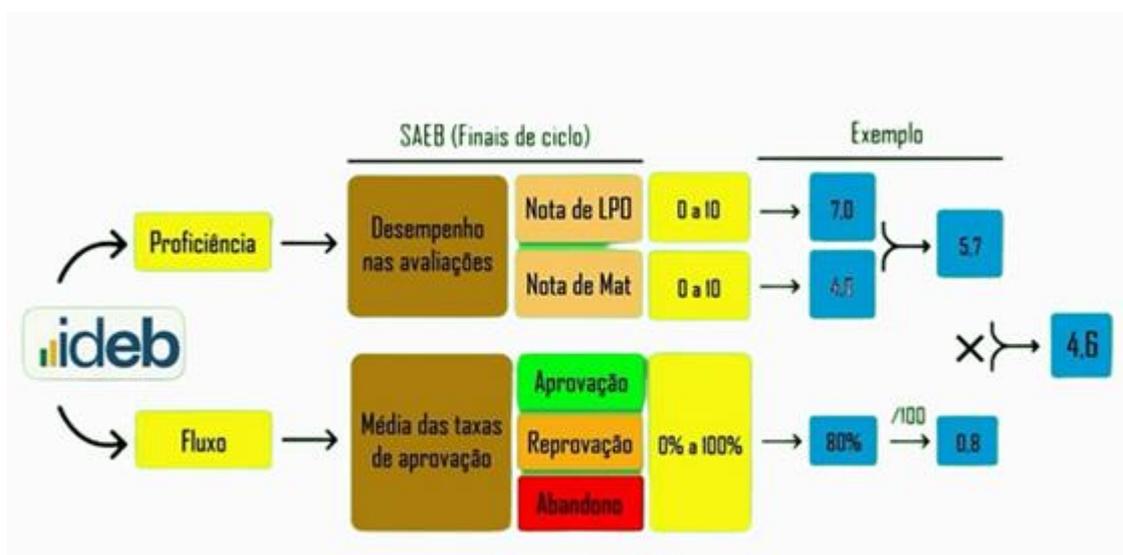
O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) é uma avaliação para diagnóstico, em larga escala, desenvolvidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC). Têm o objetivo de avaliar a qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro a partir de testes padronizados e questionários socioeconômicos (QEDU, 2021).

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) é um conjunto de avaliações externas em larga escala que permite ao Inep realizar um diagnóstico da

educação básica brasileira e de fatores que podem interferir no desempenho do estudante (QEDU, 2021).

Por meio de testes e questionários, aplicados a cada dois anos na rede pública e em uma amostra da rede privada, o Saeb reflete os níveis de aprendizagem demonstrados pelos estudantes avaliados, explicando esses resultados a partir de uma série de informações contextuais.

Figura 2 – Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb)

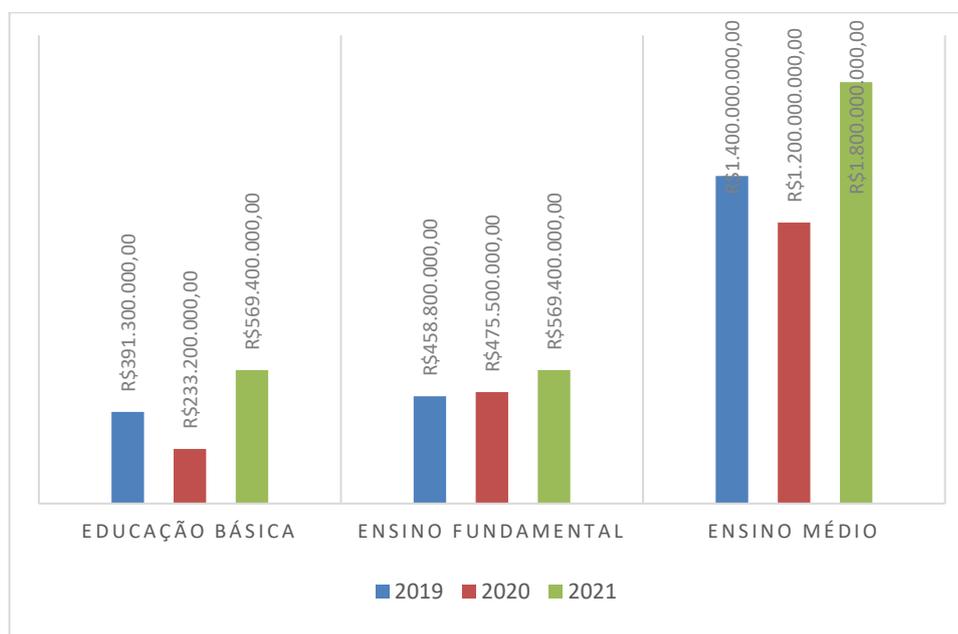


Fonte: Bruno Freitas (2021)

A Figura acima mostra o SAEB de uma forma simplificada, esse sistema é uma avaliação desenvolvida pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) que tem o objetivo de avaliar a qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro, aplicando testes e questionários específicos.

Os Dados a seguir mostram as três principais subfunções da Educação que tiveram os maiores investimentos nos anos de 2019 a 2021 no estado de Pernambuco.

GRÁFICO 3 - Gastos com Educação Básica, Ensino Fundamental e Ensino Médio de Pernambuco.

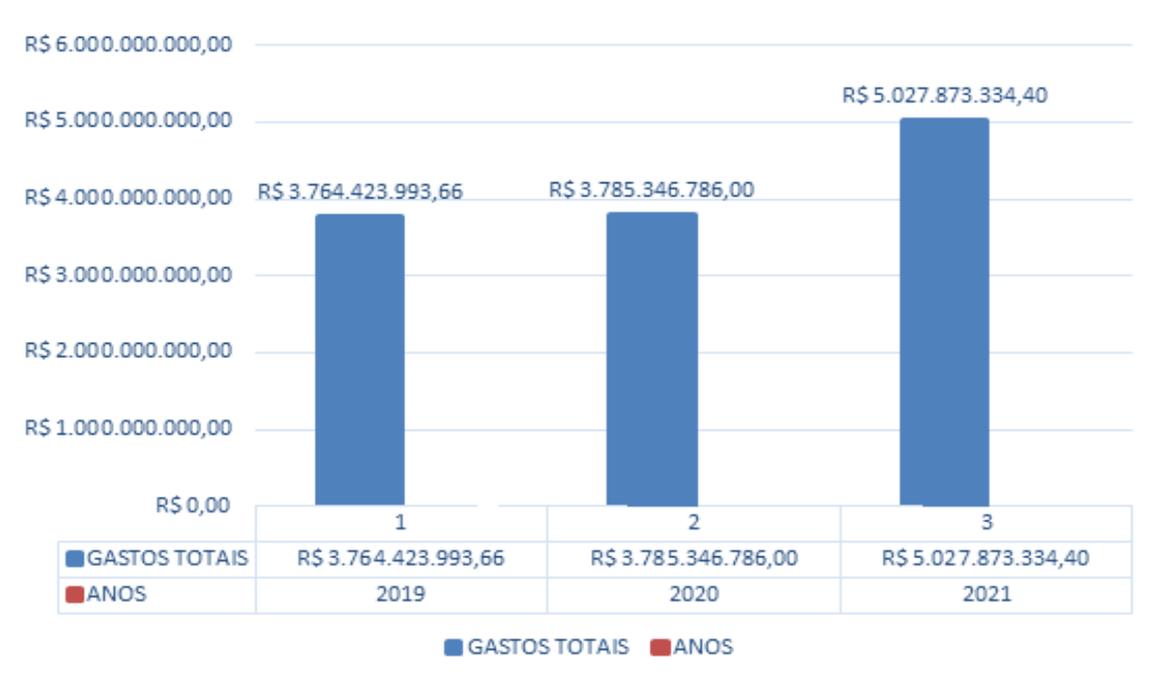


Fonte: Próprio Autor (2022)

Com base nos dados percebe-se que a importância de um bom investimento na educação, pois, a cada ano que passa respectivamente à um número maior de gastos, consequentemente à taxa do IDEB e do INEP sobem positivamente. Nos anos de 2019, 2020 e 2021 as três subfunções mais investidas ainda continuam sendo o ensino médio, ensino fundamental e o ensino básico.

O gráfico abaixo mostra os gastos totais na educação durante o período de 2019 a 2021 em Pernambuco. Totalizando em 2019 mais de 3,76 Bilhões investidos na educação, em 2020 foram mais de 3,78 Bilhões investidos, e em 2021 tivemos mais de 5 Bilhões. Totalizando de 2019 a 2021 um aumento de 32,5% dos gastos.

GRÁFICO 4 - Comportamento dos Gastos com Educação nos anos de 2019 a 2021 em Pernambuco.



Fonte: Próprio Autor (2022)

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) no final do ano de 2021 a educação teve um rendimento maior em relação aos anos anteriores, rendimento de 0,1 ponto positivo. Também no ano de 2021 segundo o portal de transparência de Pernambuco, foi o ano de maior gasto e investimento para a educação, totalizando 5.027.873.334.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo evidenciar a relação existente entre os gastos públicos e a qualidade da educação em Pernambuco em 2019, 2020 e 2021. Os resultados revelaram que o investimento da educação com gasto público teve uma relação positiva. Com média de 4,0, acima da média nacional de 3,5, Pernambuco avançou mais uma vez no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), segundo dados do Ministério da Educação (MEC)

Nos anos finais do Ensino Fundamental, Pernambuco cresceu de 4,1 para 4,5, superando a meta de 3,9 para o ano. Já nos anos iniciais, a nota obtida foi de 4,8, acima da meta de 4,5 estabelecida pelo MEC.

Os dados mostram que o Estado é o único que registrou evolução no crescimento em todas as edições do índice.

Pernambuco tem a menor taxa de abandono escolar do país e a menor taxa de distorção idade-ano das regiões Norte e Nordeste, segundo dados do MEC.

Outro destaque é que a rede estadual pernambucana obteve as menores diferenças de proficiências entre escolas de nível socioeconômico alto e escolas de nível socioeconômico baixo.

Na comparação da série histórica, Pernambuco saiu de 2,7 em 2007, primeiro ano da gestão do ex-governador Eduardo Campos, para 3,6 em 2013, já no segundo governo do socialista no Estado.

Com relação aos gastos públicos pode se dizer que, maiores alocações de recursos garantem melhores resultados do desempenho educacional. Essa percepção só foi possível devido a disponibilização desses dados conforme que é preconizado pelo que se propõe a *accountability*.

Dessa forma, melhorar a educação não é uma questão apenas de ter dinheiro, mas de saber como usá-lo. A boa educação é moeda de ouro. Em toda a parte, tem valor. Também fizemos uma comparação dos gastos com a segurança pública, e com os gastos da saúde, pode-se afirmar que o Governo do estado de Pernambuco nos anos de 2017 a 2021 fez um investimento de mais de 33,4 bilhões na área da saúde, 17,7 bilhões na área de segurança pública, e mais de 17,6 bilhões investidos na educação nos últimos 5 anos. Vale salientar também como é calculado o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) e mostramos como o SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) é aplicado nas escolas.

REFERÊNCIAS

ANGELIS, Cristiano Trindade de. **Uma proposta de um modelo de inovação e inteligência governamental**. RAI Revista de Administração e Inovação, v. 10, n. 3, p. 296-324, 2013.

BRASIL, Secretária de Pernambuco. Disponível em: < <http://www.educacao.pe.gov.br/>>. Acessado em: 20 de outubro de 2022.

BRASIL. **Constituição de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_04.02.2010/art_208_shtm>. Acessado em: 10 de outubro de 2022.

BRASIL. Governo de Pernambuco. Disponível em: < <https://www.sds.pe.gov.br/>>. Acessado em: 20 de outubro de 2022.

BRASIL. Portal da Saúde. Disponível em: < <http://portal.saude.pe.gov.br/> >. Acessado em: 20 de outubro de 2022.

COUTO, Mia. **À porta da modernidade, há sete sapatos sujos que necessitamos descalçar**. Disponível em < <http://www.pordentrodaafrica.com/cultura/mia-couto-a-porta-da-modernidade-ha-sete-sapatos-sujos-que-necessitamos-descalcar>> Acesso em: 16 de setembro 2022.

DE OLIVEIRA RÊGO, Herbert; FREIRE, Isa Maria. **Accountability: novo conceito para a Ciência da Informação**. Ciência da Informação em Revista, v. 5, n. 1, p. 29-40, 2018.

DONÁRIO, Arlindo Alegre; SANTOS, Ricardo Borges dos. **A teoria de Karl Marx**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Economia) – Universidade Autônoma de Lisboa, 2016.

FERNANDES, Reynaldo; GREMAUD, Amaury. **Qualidade da educação: avaliação, indicadores e metas**. 2009. Disponível em: http://www3.fgv.br/ibrecps/rede/seminario/reynaldo_paper.pdf. Acessado em: 10 de outubro de 2022.

FREITAS, Bruno. **IDEB, entendendo o cálculo**. YouTube, 04 de dezembro de 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=zgGgcWbzUMI>>. Acesso em 10 de outubro de 2022.

GAJARDO, M. & Puryear, J. M. Prefacio. In: Corvalán, J. & Mcmeekin, R.W. (Ed.) (2006). **Accountability educacional: posibilidades y desafíos para América Latina a partir de la experiencia internacional**. Santiago: CIDE; PREAL - 5-9. 2014.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. FUNDEB. Manual de orientação. Disponível em: < <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/financiamento/fundeb/ManualNovoFundeb2021.pdf> >. Acessado em: 15 de setembro de 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portal da Transparência. Disponível em: < <http://www.portaltransparencia.gov.br> >, Acessado em: 12 de setembro de 2022.

PESSOA, Márcio Kleber Moraes; DOS SANTOS, João Bosco Feitosa. **Efeitos da accountability na educação escolar no Ceará**. Tensões Mundiais, v. 16, n. 32, p. 105-132, 2020.

PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO. Portal da Transparência. Disponível em: < <http://web.transparencia.pe.gov.br/planejamento-orcamento/despesas-programatica/> >, Acessado em: 12 de setembro de 2022.

ROCHA, Fabiana et al. **Can education targets be met without increasing public spending? An analysis for Brazilian municipalities**. Economics Bulletin, v. 37, n. 1, p. 391-401, 2017.

VIANNA, Carlos Eduardo Souza. **Evolução histórica do conceito de educação e os objetivos constitucionais da educação brasileira**. Revista Janus, Lorena, v. 3, n. 4, 2006.

WEBEL, Karsten. Greene, WH, **Econometric Analysis**. Statistical Papers, v. 52, n. 4, p. 983, 2011.